

Entrevista com FILIPE CEPPAS

Atual coordenador do Grupo de Trabalho *Filosofar e Ensinar a Filosofar* da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF-Brasil)

O Grupo de Trabalho *Filosofar e Ensinar a Filosofar* da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) surgiu em 2006 e vem se consolidando através de reuniões anuais, publicações, circulação de informações e debates em sua lista eletrônica. Nesta entrevista conferida à RESAFE, Filipe Ceppas, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), colaborador do Programa de Pós-graduação da Universidade Gama Filho (UGF) e atual coordenador do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, descreve alguns dos principais desafios do ensino de filosofia na atualidade, reflete sobre o lugar do pensamento filosófico-educativo na academia, provê um relato da história do GT e de suas próprias investigações como pesquisador da área.

Quais seriam alguns dos logros e desafios do ensino de filosofia no Brasil hoje?

Uma conquista importante relativa ao ensino de filosofia foi a instituição legal, através de lei aprovada no Congresso e sancionada pelo Presidente da República, de sua obrigatoriedade no Ensino Médio, em todo o território nacional, em 2008. Esta foi, sem dúvida, uma vitória para todos aqueles que acreditamos no valor do trabalho da filosofia em sala de aula. Mas a obrigatoriedade por si só não garante, evidentemente, que a presença da filosofia seja um diferencial importante na escola, para os alunos, para os professores. Ela cria, entretanto, condições para isso; ela força uma mobilização, agora não mais política, mas sim de ordem filosófica e didática, relativa à formação dos professores e às estratégias de atuação em sala de aula. Penso que o maior desafio seja o de encontrar caminhos para que a aprendizagem da filosofia possa fazer uma diferença significativa e engrandecedora na vida dos alunos. O que seria isso? Não me parece que possamos dar respostas triviais a esta pergunta. Entendo que isso significa muitas coisas: superar visões estreitas e ideologizantes, ou salvíficas (porque a filosofia traz mais problemas do que os resolve); ajudar a pensar a própria escola ou a escolarização, eventualmente potencializando a capacidade dos alunos e professores para compreender e se relacionar com os saberes e as disciplinas escolares de um modo que seja enriquecedor (a filosofia não tem nenhuma exclusividade neste aspecto, mas

ela tem uma especificidade, dentre outras, que é a de ser um lugar privilegiado de reflexão sobre o conhecimento e o poder e pode, por isso, ter um papel importante no diálogo com as outras disciplinas, assim como na análise, junto com os alunos, sobre as perspectivas de escolarização); enriquecer a vida dos alunos, não somente com a assimilação das idéias e dos saberes acumulados de sua tradição, mas principalmente através de uma apropriação de seus problemas, e com a geração de uma atitude propriamente filosófica com relação ao pensamento e a vida.

Muitos podem torcer o nariz diante de ideais tão nobres e aparentemente tão irrealistas. Mas a aposta é essa. Se um aluno no Ensino Médio estuda química, faz experiências e entra em contato com alguns conceitos e métodos próprios da química, ainda que "didatizados", o sentido deste aprendizado é o de fornecer ao menos uma aproximação introdutória a um campo de investigação que deve mudar e aprofundar sua capacidade de compreender os fenômenos, o mundo. Algo equivalente se passa com a filosofia. Acontece que o consenso em torno da investigação filosófica, em torno de seus problemas, métodos, alcance e valor, é infinitamente menor, e talvez um grande desafio para todos nós que lidamos com a questão do ensino de filosofia no Ensino Médio seja aceitar este pluralismo, o que significa aceitar que vamos sempre lidar com aquela pergunta, e com suas respostas, de modos bastante diferentes, e por vezes antagônicos.

Parece existir em muitos departamentos de filosofia uma tendência a tratar as questões educativas como secundárias, não propriamente filosóficas ou restritas a tecnicismos didáticos. O que pensa contribuir para esta visão? Que condições promoveriam sua transformação?

Minha impressão é que, num futuro bem próximo, isso tende a mudar radicalmente, em função de muitos aspectos. Já vem mudando por força da lei, não apenas pela obrigatoriedade da filosofia no Ensino Médio, mas também pela reforma das licenciaturas. Mas a mudança se dá, também, pela crescente pesquisa propriamente filosófica e de qualidade sobre questões relativas ao ensino e à aprendizagem da filosofia. E há uma dimensão geracional aí embutida. Certas oposições filosóficas importantes, como aquela entre filosofias anglo-saxã e continental, por exemplo, que ainda divide a mentalidade de alguns acadêmicos, vêm perdendo força. Talvez eu seja muito otimista com relação a esse aspecto, mas me parece que é a própria dinâmica da vida, das condições da vida em nossa sociedade, que força a mudança. As visões sobre as pesquisas filosóficas desenvolvidas na universidade tendem a

mudar na medida em que mudam a própria universidade e aquilo que a sociedade espera deste "lugar privilegiado" de produção do saber. Sempre haverá uma certa ortodoxia e guetos conceituais, que têm sua importância, que fazem avançar a pesquisa em direções insuspeitas. Mas a atitude dogmática que procura desqualificar tudo o que não condiz com seus padrões de rigor e racionalidade é vista cada vez mais, por um número cada vez maior de professores e estudantes de filosofia, como algo da ordem do patético. Foucault e Derrida são tão sérios e importantes quanto Quine e Putnam. Fazer marola em cima dessas velhas oposições é uma bobagem.

O mesmo se passa com um campo de investigação como o do ensino e da aprendizagem da filosofia. Uma das questões fundamentais de Sócrates versava sobre a possibilidade de se ensinar a virtude e sobre as condições para o aprendizado da filosofia. Muitos dos "grandes filósofos" se debruçaram seriamente sobre essas questões. O menosprezo pelas questões do ensino da filosofia no Brasil tem uma longa história, relacionada à necessidade de superarmos o eruditismo vazio, o espontaneísmo especulativo, a verborragia demagógica, a instrumentalização ideológica, etc. Neste sentido, a hipervalorização do bacharel e da pesquisa em detrimento do licenciando e do ensino (ou a valorização de um tipo de ensino identificado com um certo rigor: a exegese minuciosa e infinita dos textos da história da filosofia) já cumpriu seu papel, com algumas distorções nefastas, e a principal delas é precisamente a sobrevivência de grupos acadêmicos que continuam a se julgar os únicos detentores do direito de dizer aquilo que vale ou não vale a pena ser estudado em filosofia. Mas esse tipo de distorção se dá, com diferentes cores, nos mais diversos campos e sua transformação envolve sempre uma luta político-acadêmica complexa; envolve produção, ocupação e transformação dos espaços decisórios. De todo modo, no que diz respeito à importância do ensino e da aprendizagem da filosofia na Educação Básica, é a própria dinâmica de nossa sociedade entrópica que parece servir de alerta. Ao menos com relação àqueles que não estão submersos na miséria da "cegueira olímpica", e que percebem o crescente grau de anomia em todos os níveis da sociedade, há uma questão séria acerca do valor do exercício precoce da filosofia na Educação Básica. Não adianta apenas o sujeito dizer que não considera isso apropriado porque a filosofia exigiria uma maturidade inexistente na maioria dos jovens, ou que não temos professores bem preparados para a tarefa. Ao menos, agora, os que pensam assim têm diante de si o desafio de ler e criticar uma grande produção filosófica que problematiza esse tipo de postura, geralmente defendida sem muito fundamento, "da boca para fora", como se costuma dizer.

Como surgiu o GT ‘Filosofar e Ensinar a Filosofar’ e quais são os seus objetivos?

O GT teve seu primeiro encontro em 2006, e surgiu da conjunção de três fatores. Em primeiro lugar, surgiu da iniciativa de alguns colegas que há muito se dedicam às questões do ensino e da aprendizagem da filosofia e à formação de professores. O pontapé inicial, se não me engano, foi dado por Sonia Ribeiro e Marcos Lorieri. Silvio Gallo e Walter Kohan tomaram a frente da organização do Núcleo de sustentação do GT. O segundo fator foi a presença do João Carlos Salles na direção da ANPOF, um colega também envolvido com essas questões e simpático à idéia da formação de um GT específico, que pudesse abrigar todos aqueles que trabalham com a formação de professores de filosofia para a Educação Básica, que fazem pesquisa sobre o tema e que até então não tinham um espaço específico, na ANPOF, para socializar suas pesquisas de nível de pós-graduação, para trocar idéias, etc. Em terceiro lugar, a criação do GT coincidiu com uma resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), determinando a obrigatoriedade do ensino de filosofia em todo o país. O GT tem como objetivo reunir os pesquisadores de pós, professores e pós-graduandos, em torno do ensinar e do aprender filosofia (ou a filosofar), possibilitar a divulgação dessas pesquisas, assim como a produção coletiva, em nível nacional, de questionamentos, publicações e interseções com outras áreas de produção filosófica.

***Como tem sido a afirmação do GT neste lugar fronteiro entre Filosofia e Educação?
Como tem sido sua consolidação na ANPOF?***

Não tem sido fácil, mas a mobilização de todos que participam do GT e o grande interesse de professores e estudantes pelos encontros, as discussões que temos promovido, e os resultados que temos obtido (como nossas recentes publicações) superam os obstáculos. Nossos encontros, tanto os das reuniões bianuais da ANPOF quanto suas reuniões bianuais específicas, têm reunido de trinta a quarenta participantes, incluindo palestrantes e público, o que é um quantitativo nada desprezível para um GT da ANPOF. Gostaríamos de organizar os encontros específicos do GT (aqueles que acontecem nos anos em que não há a reunião nacional da ANPOF) numa dimensão muito maior. Mas isso esbarra naquela espécie de menosprezo pela questão do ensino, no âmbito da filosofia, mencionado acima. Em 2009, tivemos negados os pedidos de financiamento feitos à FAPERJ e à CAPES. Os comitês de filosofia responderam que nosso encontro não era prioritário e que não contribuía para o

avanço da pós-graduação no país, embora ele tenha como objetivo central, precisamente, aglutinar e ajudar a promover pesquisas de nível de pós-graduação, tal como qualquer outro GT da ANPOF. O fato é que a maioria dos participantes do GT trabalha em departamentos e pós-graduações de Educação, e os membros que participam dos comitês de avaliação sabem disso. E sabem que isso acontece porque, historicamente, as questões do ensino de filosofia e a formação dos professores de filosofia foram, na maioria das universidades, delegadas aos departamentos de educação.

Tem um aspecto positivo nessa situação de fronteira, que é a intimidade daqueles que se dedicam ao ensino e à aprendizagem da filosofia com a área da educação, com as questões da didática, dos estudos curriculares, etc. Esse estado fronteiriço é fundamental num campo de estudo como o nosso. Isso não significa que nossas pesquisas sejam menos filosóficas, menos "prioritárias". Prioritário em que sentido? Por que são estudos que parecem ter um caráter mais "aplicado", contrapostos a pesquisas de uma filosofia mais "pura"? Por que um estudo filosófico, de nível de pós-graduação, sobre o aprendizado da filosofia, em Sócrates e Platão, ou em Rousseau, ou sobre o aprendizado da lógica, etc. seria menos prioritário do que qualquer estudo filosófico "puro"? Por que ele é feito por alguém lotado em outro departamento? O que é puro ou impuro na filosofia? Teríamos que voltar ao *Protágoras* ou ao *Parmênides* de Platão para analisar a possibilidade de aceitar, ainda que relutantes, a existência de idéias impuras?! Talvez, como disse Adorno uma vez, a resistência a acolher um estado fronteiriço no âmbito da filosofia (que tem pouca equivalência em outras áreas, onde o flerte com a filosofia goza quase sempre de prestígio) tenha mais a ver com o horror à impureza que caracteriza algumas neuroses analisadas por Freud. Mas o melhor seria considerar a possibilidade de jogar fora essa dicotomia. A consolidação do GT depende de um olhar em que ela não figure. É a aposta de um espaço que pode vir a interessar qualquer outro colega que não esteja marcado por concepções estreitas sobre os campos disciplinares, e que perceba a quantidade enorme de interseções filosóficas que um campo de estudo como esse, sobre ensino e aprendizagem, comporta, ao longo da história da filosofia.

Como a relação filosofia-educação aparece nos projetos de pesquisa que desenvolves atualmente?

Tenho buscado explorar a importância da análise filosófica de alguns conceitos para se pensar a aprendizagem da filosofia. Meus últimos trabalhos versaram sobre o conceito de escrita em Rousseau e sobre o conceito de animalidade, revisitado a partir da definição (ou a

partir do modo como ela aparece ao longo da história da filosofia) do homem como *animal racional*. Numa direção que vai, digamos, da filosofia à educação, ou ao ensino de filosofia mais especificamente, tenho procurado pensar como essas revisões conceituais podem nos ajudar a superar certas concepções de leitura e de aprendizado, por exemplo, que assumimos muitas vezes de modo impensado, e não apenas no âmbito da educação formal, da escola. Estou envolvido também numa pesquisa interinstitucional, em um projeto do convênio CAPES-COFECUB, em torno da noção de *caso*, fundamental dentro das ciências humanas. Trata-se de tentar pensar qual o papel de uma casuística na filosofia (em Kant, Alain, Lyotard e outros) e sua pertinência no âmbito da educação e do ensino de filosofia, em particular. Tivemos, recentemente, um encontro muito profícuo em torno desse tema, na UERJ, com a participação dos membros do projeto, os professores Hubert Vincent e Plínio Prado, de Paris VIII, e Walter Kohan da UERJ, Silvio Gallo, da Unicamp, e Pedro Pagni, da Unesp de Marília. Numa direção que vai da educação à filosofia, tenho revisto as teorias mais importantes no âmbito da didática e do currículo que me ajudam a pensar, e a trabalhar junto com os licenciandos, a formação do professor de filosofia e uma prática de ensino de filosofia que seja significativa no difícil contexto da maioria de nossas escolas de Ensino Médio.